

■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nesta semana haverá sessões nos dias 6, 7 e 8, para discussão e votação de projetos e medidas provisórias. O Presidente da Câmara também convocou sessões para contar o prazo regimental de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC da Enfermagem); a presença poderá ser feita remotamente, nestes dias não haverá votações.

PLENÁRIO

Câmara aprova MP que autoriza participação privada na exploração de minérios nucleares

Foi aprovada a Medida Provisória nº 1.133/22, que permite a atuação da iniciativa privada na pesquisa e lavra de minérios nucleares, mas mantém o monopólio da atividade nas Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), conforme prevê a Constituição Federal. A MP será enviada ao Senado.

Comissão pede a criação de CPI para investigar assassinatos no Vale do Javari

Foi aprovado, no dia 30/11, parecer final da comissão externa da Câmara dos Deputados que acompanha a investigação do assassinato do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, na região do Vale do Javari (AM). O documento pede a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar crimes praticados na região, entre outras medidas. A relatora, deputada Vivi Reis (PSOL/PA), destacou a "omissão planejada do governo em favor do crime organizado" e a falta de atuação de autoridades diante de "tragédia anunciada", referindo-se ao potencial de conflitos envolvendo diversos interesses na região. A principal conclusão do texto é a necessidade de aprofundamento das investigações.

Câmara aprova projeto que regulamenta o lobby

Foi aprovada, no dia 29/11, a proposta que regulamenta a prática do lobby junto a agentes públicos dos três Poderes, determinando práticas de transparência e regulando o pagamento de hospitalidades. O texto define o lobby como representação de interesse a ser exercido por pessoa natural ou pessoa jurídica por meio de interação presencial ou telepresencial com agente público, dentro ou fora do local de trabalho, com ou sem agendamento prévio. Apesar da manifestação de diversas entidades sobre a possibilidade de haver restrição nos trabalhos da sociedade civil junto ao parlamento, o texto foi aprovado.

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia - CINDRA

No dia 6/12, haverá Audiência Pública na CINDRA. Foram convidadas diversas entidades para debater os impactos da ferrovia Ferrogrão (EF/170). O projeto logístico visa consolidar o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte. A ferrovia conta com uma extensão de 933 km, conectando a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao estado do Pará, desembocando no Porto de Miritituba. Na obra estão previstos, também, o ramal de Santarenzinho, entre Itaituba e Santarenzinho, no município de Rurópolis/PA, com 32 km, e o ramal de Itapacurá, com 11 km.

Ainda, serão realizadas atividades nos dias 8/12, em Belém/PA, e 9/12, em Soure, para discussão do Programa “Abraço o Marajó”, atendendo demanda apresentada pela Rede Eclesial Pan Amazônica (REPAM) e pela Comissão Episcopal Especial para a Amazônia (CEA), feita ao Presidente da Comissão, Deputado João Daniel. Foram convidadas diversas entidades representativas da sociedade civil, da Igreja e autoridades do Executivo e do Judiciário.

Grupo de Trabalho sobre o Código de Mineração 2022 - Decreto-Lei nº 227/67

Foi realizada reunião no dia 30/11 e apresentado relatório pelo Deputado Joaquim Passarinho (PL/PA), que deverá ser discutido na próxima reunião, dia 7/12. Foram levantados diversos problemas, entre eles, o licenciamento ambiental, o prazo para aprovação de projetos sem a manifestação dos órgãos que criaram condicionantes para os municípios se manifestarem com prazo para anuência dos projetos de mineração.

SENADO FEDERAL

Foram convocadas sessões deliberativas do plenário para os dias 6/12 a 8/12. O tema que irá mobilizar o Senado nesta semana é a votação da Proposta de Emenda à Constituição da Transição nº 32/22, proposta pelo Senador Marcelo Castro, que altera os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a implementação do Programa Bolsa Família e definir regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

Pacote do Veneno

Na sessão realizada no dia 30/11, o senador Acir Guzman confirmou seu relatório e discussão sobre o “Pacote do Veneno”. Por sugestão dos senadores Paulo Rocha e Eliziane Gama aceitaram realizar uma reunião com os grupos ligados à agricultura e ao meio ambiente do Governo de Transição - se o PL for aprovado, haverá impacto nestas áreas. Neste mesmo dia, quase no final da sessão do Senado, foi decidido que não se pautaria essa matéria neste ano.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

STF marca julgamento sobre o orçamento secreto para essa semana

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode começar a julgar, no dia 7/12, as ações que questionam a constitucionalidade das emendas de relator à Lei Orçamentária Anual, que ficaram conhecidas como “orçamento secreto”. A data foi marcada pela presidente do STF, ministra Rosa Weber, que também é relatora das ações. Em novembro de 2021, Rosa Weber suspendeu temporariamente esses pagamentos e determinou que o Congresso Nacional criasse um sistema para dar publicidade aos gastos.